

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NEURODIVERSIDADE: NOVAS ABORDAGENS  
PEDAGÓGICAS

DOI: 10.5281/zenodo.19008163

**Rozalina Cássia de Andrade Ruas Costa**Doutoranda em Educação pelo Centro Internacional de Pesquisa Integralize. E-mail: [rozalinandrade@gmail.com](mailto:rozalinandrade@gmail.com)

**RESUMO:** A consolidação da educação inclusiva como princípio estruturante das políticas educacionais contemporâneas tem sido tensionada, nos últimos anos, pela incorporação do conceito de neurodiversidade ao debate pedagógico. A noção de neurodiversidade desloca a compreensão tradicional das diferenças neurológicas — como Transtorno do Espectro Autista, TDAH, dislexia e outras condições do neurodesenvolvimento — do campo estritamente clínico para uma perspectiva sociocultural que reconhece tais variações como parte legítima da diversidade humana. Nesse contexto, emergem novas abordagens pedagógicas orientadas por princípios de acessibilidade curricular, flexibilidade metodológica e valorização das singularidades cognitivas. O presente artigo analisa criticamente as implicações da articulação entre educação inclusiva e neurodiversidade, discutindo como essa convergência redefine concepções de ensino, aprendizagem e avaliação. A problemática central reside na tensão entre modelos medicalizantes, que enfatizam déficits individuais, e perspectivas inclusivas que priorizam a remoção de barreiras institucionais. Parte-se da hipótese de que a incorporação do paradigma da neurodiversidade pode ampliar a eficácia das práticas inclusivas, desde que sustentada por evidências científicas e formação docente qualificada. Metodologicamente, o estudo assume caráter teórico-analítico, com revisão crítica de literatura recente e diálogo com documentos normativos vigentes. Conclui-se que novas abordagens pedagógicas, como o Desenho Universal para Aprendizagem, o ensino responsivo e práticas colaborativas, configuram estratégias promissoras para promover participação e aprendizagem significativa de estudantes neurodivergentes. Defende-se que a educação inclusiva, à luz da neurodiversidade, exige superação de concepções patologizantes e compromisso institucional com práticas fundamentadas, avaliáveis e eticamente orientadas.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Neurodiversidade. Abordagens pedagógicas. Diversidade cognitiva.

**ABSTRACT:** The consolidation of inclusive education as a structuring principle of contemporary educational policies has been tensioned in recent years by the incorporation of the concept of neurodiversity into the pedagogical debate. The notion of neurodiversity shifts the traditional understanding of neurological differences—such as Autism Spectrum Disorder, ADHD, dyslexia, and other neurodevelopmental conditions—from a strictly clinical field to a sociocultural perspective that recognizes such variations as a legitimate part of human diversity. In this context, new pedagogical approaches emerge, guided by principles of curricular accessibility, methodological flexibility, and the valuing of cognitive singularities. This article critically analyzes the implications of the articulation between inclusive education and neurodiversity, discussing how this convergence redefines conceptions of teaching, learning, and assessment. The central problem lies in the tension between medicalizing models, which emphasize individual deficits, and inclusive perspectives that prioritize the removal of institutional barriers. It starts from the hypothesis that incorporating the neurodiversity paradigm can enhance the effectiveness of inclusive practices, provided it is supported by scientific evidence and qualified teacher training. Methodologically, the study assumes a theoretical-analytical character, with a critical review of recent literature and a dialogue with current regulatory documents. It is concluded that new pedagogical approaches, such as Universal Design for Learning, responsive teaching, and collaborative practices, constitute promising strategies to promote the participation and meaningful learning of neurodivergent students. It is argued that inclusive education, in light of neurodiversity, requires the overcoming of pathologizing conceptions and an institutional commitment to grounded, assessable, and ethically oriented practices.

**Keywords:** Inclusive education. Neurodiversity. Pedagogical approaches. Cognitive diversity.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, consolidada como diretriz normativa em diversos sistemas educacionais, tem sido progressivamente tensionada por novas perspectivas teóricas que problematizam as bases epistemológicas da diferença. Entre essas contribuições, destaca-se o conceito de neurodiversidade, originalmente formulado no final do século XX no âmbito dos movimentos sociais de pessoas autistas e posteriormente incorporado ao debate acadêmico. A neurodiversidade propõe compreender variações neurológicas não como anomalias a serem corrigidas, mas como expressões legítimas da diversidade humana, deslocando o eixo interpretativo do déficit para a diferença.

Esse deslocamento paradigmático impacta diretamente a organização pedagógica. Se a escola tradicional foi estruturada sob pressupostos de homogeneidade cognitiva e padronização curricular, a incorporação da neurodiversidade impõe revisão das concepções de normalidade que historicamente orientaram práticas de ensino. A diversidade neurológica passa a ser reconhecida como condição constitutiva das salas de aula contemporâneas, exigindo abordagens que considerem múltiplos estilos de aprendizagem, ritmos diferenciados e modos diversos de processamento de informação.

No contexto brasileiro, marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) asseguram o direito à educação em ambientes inclusivos, vedando discriminação e reforçando o princípio da igualdade de oportunidades. Entretanto, a ampliação do acesso de estudantes com condições do neurodesenvolvimento às classes comuns revelou limitações estruturais e formativas do sistema educacional. A mera presença física não garante participação ativa nem aprendizagem significativa, sobretudo quando práticas pedagógicas permanecem ancoradas em modelos uniformizadores.

A literatura contemporânea evidencia tensão entre perspectivas medicalizantes e abordagens socioculturais da diferença. Modelos centrados exclusivamente no diagnóstico tendem a enfatizar déficits individuais, conduzindo a intervenções focalizadas na “correção” de comportamentos. Por outro lado, a perspectiva da neurodiversidade convida à análise das barreiras institucionais que limitam a participação. Tal debate não implica negar a relevância de conhecimentos clínicos, mas exige integrá-los a uma visão pedagógica que valorize

potencialidades e reconheça a diversidade cognitiva como elemento constitutivo da experiência humana.

A problemática que orienta este estudo pode ser sintetizada na seguinte questão: de que maneira a articulação entre educação inclusiva e neurodiversidade redefine práticas pedagógicas e contribui para a construção de ambientes escolares mais equitativos? Parte-se da hipótese de que a incorporação crítica do paradigma da neurodiversidade pode fortalecer a inclusão escolar, desde que acompanhada de fundamentação científica e formação docente consistente.

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar as implicações teóricas e práticas da convergência entre educação inclusiva e neurodiversidade. Como objetivos específicos, pretende-se: (1) discutir os fundamentos conceituais da neurodiversidade; (2) examinar tensões entre modelos medicalizantes e socioculturais; (3) identificar novas abordagens pedagógicas alinhadas à diversidade cognitiva; e (4) refletir sobre desafios formativos e institucionais decorrentes dessa perspectiva.

A justificativa do estudo reside na necessidade de qualificar o debate educacional, superando simplificações tanto biologizantes quanto excessivamente relativistas. A escola contemporânea enfrenta o desafio de conjugar rigor acadêmico e sensibilidade às singularidades, evitando tanto a patologização da diferença quanto a negligência das necessidades específicas de apoio. Nesse contexto, abordagens como o Desenho Universal para Aprendizagem, o ensino responsivo e a avaliação formativa emergem como estratégias capazes de operacionalizar princípios inclusivos à luz da neurodiversidade.

Assim, a reflexão proposta neste artigo insere-se em horizonte crítico que reconhece a educação inclusiva como processo dinâmico, em constante reconstrução. Ao articular neurodiversidade e pedagogia, busca-se contribuir para construção de práticas educacionais que respeitem a pluralidade cognitiva sem abdicar da exigência acadêmica, reafirmando a escola como espaço de desenvolvimento humano, justiça social e produção de conhecimento.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A articulação entre educação inclusiva e neurodiversidade inscreve-se em um campo teórico que tensiona concepções históricas de normalidade, deficiência e aprendizagem. A educação inclusiva, conforme delineada em documentos internacionais como a Declaração de

Salamanca (UNESCO, 1994) e consolidada em normativas nacionais, parte do princípio de que a escola deve adaptar-se às necessidades dos estudantes, e não o contrário. Entretanto, a emergência do conceito de neurodiversidade amplia essa perspectiva ao propor que diferenças neurológicas não sejam compreendidas apenas sob o prisma da deficiência, mas como variações legítimas da cognição humana. Singer (2017), ao sistematizar o termo, argumenta que a diversidade neurológica deve ser reconhecida de forma análoga à diversidade cultural; tal formulação desloca o debate do campo exclusivamente clínico para uma arena sociopolítica e educacional.

Nos últimos anos, a literatura acadêmica tem aprofundado essa discussão. Chapman (2021) sustenta que a neurodiversidade constitui uma mudança paradigmática, pois questiona modelos biomédicos centrados na patologia e propõe abordagem relacional da deficiência, enfatizando a interação entre características individuais e contextos sociais. Essa análise converge com o modelo social da deficiência, que identifica barreiras ambientais e atitudinais como fatores determinantes da exclusão. Contudo, críticos alertam que a adoção acrítica do discurso da neurodiversidade pode invisibilizar necessidades de suporte clínico e pedagógico. Pellicano e den Houting (2022) defendem que o desafio contemporâneo consiste em equilibrar reconhecimento da diferença com garantia de apoios baseados em evidências, evitando tanto a patologização quanto a romantização das condições do neurodesenvolvimento.

No contexto escolar, a incorporação da neurodiversidade demanda revisão das práticas pedagógicas tradicionais. Florian e Black-Hawkins (2020) argumentam que a pedagogia inclusiva deve abandonar a lógica de adaptação para “alguns” e assumir planejamento que considere a variabilidade como ponto de partida. Essa perspectiva dialoga diretamente com o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), proposto por Meyer, Rose e Gordon (2021), segundo o qual currículos eficazes devem oferecer múltiplos meios de representação, ação e engajamento, reconhecendo que não existe aluno “padrão”. Ao deslocar o foco da adaptação posterior para o planejamento preventivo, o DUA operacionaliza princípios da neurodiversidade no cotidiano escolar.

A neurociência educacional também tem contribuído para essa discussão, embora com ressalvas metodológicas. Howard-Jones (2021) adverte que a tradução de achados neurocientíficos para a prática pedagógica exige mediação crítica, sob risco de simplificações reducionistas. No entanto, pesquisas recentes indicam que estratégias que favorecem autorregulação, flexibilidade cognitiva e suporte visual beneficiam ampla gama de estudantes,

incluindo aqueles neurodivergentes. Diamond (2020) destaca que intervenções voltadas às funções executivas impactam positivamente o desempenho acadêmico, reforçando a importância de práticas pedagógicas estruturadas e responsivas.

No cenário brasileiro, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabelecem fundamentos jurídicos para garantia de acesso e permanência de estudantes com deficiência nas classes comuns. Entretanto, pesquisas recentes indicam que a implementação desses dispositivos enfrenta desafios formativos e estruturais. Mendes e Malheiros (2021) destacam que a formação docente ainda apresenta lacunas na compreensão das especificidades do neurodesenvolvimento, o que limita a operacionalização de práticas inclusivas fundamentadas.

A discussão teórica contemporânea aponta, portanto, para necessidade de integrar três eixos: reconhecimento da diversidade neurológica como parte da condição humana; fundamentação científica das intervenções pedagógicas; e construção de culturas escolares colaborativas. A educação inclusiva, à luz da neurodiversidade, não implica negação das necessidades específicas de apoio, mas reconfiguração do olhar pedagógico, deslocando o foco do déficit para a potencialidade e da homogeneização para a flexibilidade curricular.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de abordagem qualitativa, com natureza teórico-analítica e delineamento metodológico baseado em revisão integrativa da literatura. A escolha desse percurso investigativo justifica-se pela complexidade do objeto de estudo — a convergência entre educação inclusiva e neurodiversidade — que exige análise crítica de produções acadêmicas recentes, documentos normativos e referenciais clássicos estruturantes.

Quanto aos objetivos, o estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo. Exploratória porque busca aprofundar a compreensão das bases conceituais e das implicações pedagógicas da neurodiversidade no contexto inclusivo; descritiva porque sistematiza tendências, convergências e divergências identificadas na produção científica contemporânea. Conforme Gil (2019), pesquisas exploratórias são particularmente pertinentes quando se pretende delimitar e problematizar fenômenos emergentes ou em consolidação teórica, como é o caso da neurodiversidade no campo educacional.

A coleta de dados ocorreu por meio de levantamento bibliográfico sistematizado em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo Scielo, ERIC, Web of Science e Portal de Periódicos CAPES. Foram utilizados descritores em língua portuguesa e inglesa, tais as “neurodiversidade”, “educação inclusiva”, “inclusive education”, “neurodiversity” e “pedagogical approaches”, combinados por operadores booleanos. O recorte temporal priorizou publicações entre 2020 e 2025, sem excluir obras clássicas indispensáveis à compreensão conceitual.

Os critérios de inclusão contemplaram artigos científicos revisados por pares, livros acadêmicos e documentos oficiais que abordassem explicitamente a interface entre neurodiversidade e práticas pedagógicas inclusivas. Foram excluídos estudos exclusivamente clínicos ou terapêuticos sem interface educacional, bem como produções sem fundamentação metodológica clara. O processo de seleção envolveu leitura de títulos e resumos, seguida de análise integral dos textos potencialmente elegíveis.

A técnica de análise adotada foi a análise temática de conteúdo, estruturada em etapas de categorização e interpretação. As categorias emergentes incluíram: (1) fundamentos conceituais da neurodiversidade; (2) tensões entre modelos biomédicos e socioculturais; (3) abordagens pedagógicas inovadoras; e (4) desafios formativos e institucionais. A interpretação dos dados buscou articular criticamente as fontes, estabelecendo diálogo entre autores e identificando implicações práticas para a organização curricular e a formação docente.

O rigor metodológico foi assegurado pela explicitação dos critérios de seleção, coerência entre objetivos e procedimentos e análise crítica fundamentada. A abordagem qualitativa permitiu compreender a complexidade do fenômeno investigado, oferecendo síntese analítica capaz de contribuir para qualificação do debate acadêmico e para fundamentação de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da educação inclusiva e da neurodiversidade.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise da literatura selecionada evidenciou que a incorporação do conceito de neurodiversidade ao campo da educação inclusiva produz deslocamentos significativos nas bases epistemológicas da prática pedagógica. Em primeiro lugar, observou-se convergência entre autores quanto à necessidade de superar modelos estritamente biomédicos, que interpretam condições como Transtorno do Espectro Autista, TDAH e dislexia prioritariamente

sob a lógica do déficit. Chapman (2021) argumenta que o paradigma da neurodiversidade redefine essas condições como variações cognitivas inseridas em contextos socioculturais específicos, deslocando a centralidade da intervenção da correção individual para a transformação de ambientes. Os estudos analisados indicam que tal mudança repercuta diretamente na organização curricular, na avaliação e na gestão da sala de aula.

Contudo, a literatura também aponta tensões relevantes. Pellicano e den Houting (2022) alertam que a valorização da diversidade neurológica não pode resultar na negação das necessidades de suporte baseadas em evidências científicas. Essa advertência foi reiterada em estudos educacionais que identificaram risco de romantização das diferenças, sobretudo quando discursos inclusivos não são acompanhados de planejamento pedagógico estruturado. Assim, os resultados sugerem que a articulação entre reconhecimento identitário e fundamentação técnica constitui condição indispensável para evitar extremos interpretativos.

No que se refere às abordagens pedagógicas, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) destacou-se como modelo amplamente citado na literatura contemporânea. Meyer, Rose e Gordon (2021) defendem que currículos planejados com múltiplos meios de representação, ação e engajamento reduzem barreiras à aprendizagem antes mesmo que estas se consolidem. Os estudos revisados evidenciaram que a aplicação consistente do DUA favorece maior participação de estudantes neurodivergentes, especialmente quando associada a avaliação formativa contínua. No entanto, também foram identificadas dificuldades práticas, como desconhecimento conceitual por parte de docentes e limitações estruturais das escolas para implementar mudanças curriculares mais profundas.

A pedagogia inclusiva, conforme discutida por Florian e Black-Hawkins (2020), propõe substituir a lógica de adaptação individual por planejamento que considere a variabilidade como norma. Os achados corroboram essa perspectiva, indicando que estratégias diferenciadas beneficiam não apenas estudantes neurodivergentes, mas a totalidade da turma. Essa convergência reforça a tese de que a inclusão, quando bem estruturada, não fragmenta o currículo, mas amplia sua acessibilidade.

Outro resultado relevante refere-se à importância das funções executivas e da autorregulação no desempenho acadêmico de estudantes com perfis neurodivergentes. Diamond (2020) demonstra que intervenções voltadas ao desenvolvimento de controle inibitório, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva impactam positivamente a aprendizagem. Os estudos analisados indicaram que práticas como segmentação de tarefas, uso

de suportes visuais e rotinas previsíveis contribuem para maior autonomia. Entretanto, a literatura ressalta que tais estratégias demandam formação docente específica e monitoramento sistemático para evitar aplicação superficial.

No contexto brasileiro, pesquisas recentes apontam que a implementação de abordagens alinhadas à neurodiversidade enfrenta obstáculos estruturais, como turmas numerosas e escassez de apoio especializado. Mendes e Malheiros (2021) observam que a formação inicial ainda não integra de maneira transversal conhecimentos sobre diversidade cognitiva, o que limita a operacionalização de práticas inclusivas. Os dados da revisão confirmam essa lacuna formativa, evidenciando que professores frequentemente reconhecem a importância da inclusão, mas relatam insegurança quanto à execução metodológica.

A análise também revelou que culturas escolares colaborativas favorecem maior consolidação de práticas inclusivas. Hargreaves e O'Connor (2020) defendem que o profissionalismo colaborativo amplia a capacidade coletiva de enfrentar desafios complexos; os estudos revisados confirmaram que escolas com planejamento coletivo e apoio institucional apresentam melhores indicadores de implementação de abordagens inclusivas. Tal evidência reforça que a transformação pedagógica não depende exclusivamente da iniciativa individual do professor, mas de ambiente organizacional favorável.

Do ponto de vista teórico, os resultados indicam convergência quanto à necessidade de integrar o paradigma da neurodiversidade a políticas educacionais estruturadas, evitando tanto reducionismos clínicos quanto relativismos pedagógicos. A educação inclusiva, quando articulada à diversidade cognitiva, amplia o horizonte ético da escola, mas exige rigor metodológico e compromisso institucional.

Em síntese, a discussão evidencia que novas abordagens pedagógicas alinhadas à neurodiversidade apresentam potencial transformador significativo, desde que implementadas com fundamentação científica, formação docente consistente e suporte institucional. A convergência entre inclusão e diversidade neurológica não elimina desafios, mas oferece arcabouço teórico promissor para reconfiguração da prática educativa contemporânea.

## 5 CONCLUSÃO

A articulação entre educação inclusiva e neurodiversidade configura-se como movimento paradigmático capaz de redefinir concepções tradicionais de ensino, aprendizagem e diferença. A análise desenvolvida demonstrou que a incorporação do conceito de neurodiversidade amplia a compreensão da diversidade educacional, deslocando o foco da patologização para o reconhecimento das singularidades cognitivas como parte constitutiva da experiência humana.

Entretanto, a consolidação dessa perspectiva demanda equilíbrio entre valorização da diferença e garantia de suportes pedagógicos fundamentados em evidências. A superação de modelos medicalizantes não implica negação de conhecimentos científicos sobre o neurodesenvolvimento, mas integração crítica desses saberes à prática pedagógica.

Os resultados evidenciaram que abordagens como o Desenho Universal para Aprendizagem, a pedagogia inclusiva e estratégias voltadas ao desenvolvimento de funções executivas constituem caminhos promissores para operacionalizar princípios da neurodiversidade no cotidiano escolar. Contudo, sua eficácia depende de formação docente qualificada, cultura institucional colaborativa e políticas públicas coerentes.

Conclui-se que a educação inclusiva, à luz da neurodiversidade, exige transformação estrutural das práticas escolares, reposicionando o professor como agente intelectual capaz de articular ciência, ética e compromisso social. A escola contemporânea, ao reconhecer a pluralidade cognitiva, reafirma sua função como espaço de justiça educacional e desenvolvimento humano integral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015.

CHAPMAN, Robert. Neurodiversity and the social ecology of mental functions. **Perspectives on Psychological Science**, v. 16, n. 6, p. 1360–1372, 2021.

DIAMOND, Adele. Executive functions. **Annual Review of Psychology**, v. 71, p. 135–168, 2020.

FLORIAN, Lani; BLACK-HAWKINS, Kristine. Exploring inclusive pedagogy. **Cambridge Journal of Education**, v. 50, n. 3, p. 299–315, 2020.

GIL, A. C. (2019). Métodos e técnicas de pesquisa social (7ª ed.). Atlas.

HARGREAVES, Andy; O’CONNOR, Michael T. **Collaborative professionalism**. Thousand Oaks: Corwin, 2020.

HOWARD-JONES, Paul. Neuroscience and education: myths and messages. **Nature Reviews Neuroscience**, v. 22, p. 817–818, 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves; MALHEIROS, Bruno. Educação inclusiva e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1–20, 2021.

MEYER, Anne; ROSE, David H.; GORDON, David. **Universal Design for Learning: Theory and Practice**. Wakefield: CAST Professional Publishing, 2021.

PELLICANO, Elizabeth; DEN HOUTING, Jac. Annual Research Review: Shifting from ‘normal science’ to neurodiversity in autism science. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 63, n. 4, p. 381–396, 2022.

SINGER, Judy. **Neurodiversity: The Birth of an Idea**. Lexington: Judy Singer, 2017.

UNESCO. **The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education**. Paris: UNESCO, 1994.